

Relatório da Reunião dos Membros do GPCOT/Ex-MTb

Ministério da Economia - 13/06/2019

Presentes:

Secretaria do Trabalho: **Sr. Antônio Carlos Fontoura - Assessor Especial do Secretário do Trabalho.**

Bancada dos Trabalhadores: **CONDSEF/FENADSEF: Rogério Expedito (MG), Ivete Amorim (MT), Wellison Marques de Araújo (GO), Célia Maria Souza (BA) e Amaral (DF); FENASPS: Pedro Paulino (SP), Ronell da Cunha (RS); SINDSEF/SP: Beth Lima e Francinete Manzan.**

Pauta da Reunião: **1. Projeto Unifica; 2. Contingenciamento/Corte de 32% no orçamento; 3. Fechamento de locais de trabalho e mudanças de prédios; 4. Discussão sobre Plano de Carreira; 5. Questão de SP/fechamento de agências; 6. Necessidade de reconhecimento/legalização do GPCOT e negociação; 7. Próxima reunião.**

Resumo das discussões:

1. Quanto ao Projeto Unifica, se antes supunha envolver somente a unificação de serviços prestados pelos setores do SEPES, SEBAM e Treinamento dos extintos ministérios da Fazenda, do Planejamento, da Indústria e Comércio, e do Trabalho, que estarão subordinados à Secretaria de Gestão Corporativa do Ministério da Economia; a partir das discussões desta reunião, o que se pode observar é que todos os setores da Administração, tais como Financeiro e Patrimônio, também podem entrar na mira do projeto de unificação. Em uma primeira análise, supõe-se que está em curso o desmonte do que sobrou do extinto Ministério do Trabalho, já que a Secretaria do Trabalho poderá vir a perder a sua autonomia financeira e o seu patrimônio, ainda que esta tenha sob sua tutela os recursos provenientes do FAT. Ou seja, tudo parece estar em discussão e muito ainda por se definir. As nossas dúvidas aumentaram sobre quais são as verdadeiras intenções da implementação do projeto Unifica. A única questão que foi afirmada categoricamente é que a mudança dos servidores dos setores SEPES, SEBAM e Treinamento se concretizará até 31 de julho de 2019, data em que ocorrerá a extinção de 200 funções gratificadas (FGs) da atual estrutura das Superintendências Regionais do Trabalho (SRTbs).

É importante ressaltar que, mesmo antes desta reunião, tomamos conhecimento da posição defendida pela Diretora de Gestão de Pessoas, a Sra. Danielle Santos de Souza Calazans, em videoconferência realizada com as chefias dos estados, quanto à impossibilidade de mudança de lotação dos servidores dos três setores citados, já que tem sob seu controle a relação de todos os nomes dos atuais servidores lotados na área meio, o que contradiz a informação anterior de que seria dada ao servidor a possibilidade de decidir se ficaria na Secretaria de Gestão Corporativa ou se pediria a mudança de lotação para os setores da Secretaria do Trabalho. Essa linha autoritária só pode ser entendida como fruto da carência de servidores em todas as áreas devido à decisão governamental em não realizar concursos públicos.

Por fim, duas questões são importantes destacar: 1) não existe um processo de negociação com as entidades representativas dos servidores, já que não há o reconhecimento formal do GPCOT, canal de negociação que poderia dar a chance aos servidores de serem ouvidos e que pudessem minimamente interferir nos rumos das

discussões feitas entre os envolvidos na elaboração desse projeto; 2) há discussões sobre uma proposta de se criar 9 (nove) regiões fiscais, onde serão centralizadas as decisões da área da fiscalização dos 27 estados nessa nova estrutura a ser criada. Essa proposta também poderá representar esvaziamento das funções da Secretaria do Trabalho e da própria fiscalização. Não temos informações quanto à autonomia financeira dessa nova estrutura.

2. Observa-se que no contingenciamento determinado pelo Ministério da Economia na ordem de 32% do orçamento, não houve preocupação por parte dos responsáveis por essa medida em apontar para os gestores estaduais onde e como os cortes poderão ser feitos. É evidente que essa medida comprometerá drasticamente o desempenho das funções do órgão. E pelo que se pode observar, não tem havido um movimento de resistência por parte desses gestores estaduais, no sentido de questionar os seus superiores. Não é possível fazer um contingenciamento de quase 1/3 do orçamento sem afetar a própria existência do órgão. Infelizmente, alguns gestores saíram à frente buscando soluções como a tentativa de fechamento de locais de trabalho e mudanças de prédio para as dependências da Fazenda, sem analisar o impacto que essas medidas acarretarão para a população ou mesmo para a vida dos servidores, já que estes terão que mudar o deslocamento, podendo causar contratemplos inclusive na vida familiar, como exemplo, filhos matriculados em escolas próximas ao local de trabalho.

3. Se for implementado o corte nas despesas, tal qual foi determinado pelo Ministério, é possível que os gestores estaduais adotem a política de promover mudanças de prédios para os edifícios ocupados pelos servidores da Fazenda nos estados, tanto nas capitais como no interior dos estados. Provavelmente, permanecendo apenas nos locais onde o prédio é próprio. Como ainda não há definições concretas quanto ao projeto Unifica, estas medidas poderão significar também transferência de patrimônio da atual Secretaria do Trabalho para a área de Gestão Corporativa do Ministério da Economia, que está centralizada na estrutura do extinto Ministério da Fazenda. Não se sabe ainda qual será o nível na relação de subordinação, de autonomia financeira ou se será apenas de compartilhamento de espaço. Como o Sr. Antônio não teve condições de responder a vários dos questionamentos feitos, permanecem as dúvidas.

4. Tem circulado entre grupos de servidores uma proposta de plano de carreira dos servidores do PECFaz, e também a informação de que a Diretora de Gestão de Pessoas, a Sra. Calazans, também, supostamente, teria uma proposta de unificação de carreiras dentre as várias existentes na atual estrutura do Ministério da Economia. A reivindicação de se ter um plano de carreira de todos os servidores administrativos que hoje fazem parte do Ministério é legítima, já que hoje os servidores dessa pasta estão em distintos planos, com tabelas salariais diferenciadas, com forte discrepância de valores. No entanto, consideramos importante que a discussão seja feita entre os representantes da categoria de todas as áreas envolvidas. Neste sentido, apresentamos a proposta de se formar uma comissão, chamada Unifica Plano, que possa estudar e apresentar uma proposta que contemple todos os setores. E que essa proposta seja seriamente debatida pelos dirigentes máximos da Pasta, com intuito de buscar a aprovação e assim por fim à situação de desigualdade salarial existente entre os servidores. Os membros do GPCOT ficaram de protocolar requerimento para debater esta questão.

5. Devido às informações contraditórias quanto a quem teria solicitado a transformação das quatro gerências do Município de São Paulo em agências, assim como a decisão atual em fechá-las, se foi por decisão da Secretaria do Trabalho ou por solicitação do gestor de SP, foi registrada em reunião a posição contrária do Sindsef/SP em relação a essa medida, já que acarretará transtornos à vida da população, assim como na vida dos servidores lotados nesses locais. Mais uma vez, foi observado que essas mudanças estão sendo feitas sem estudos de impacto, possivelmente devido às restrições orçamentárias, já que o contingenciamento em SP é de cerca de R\$ 10 milhões, assim como pela impossibilidade de se buscar soluções mais viáveis que não afetem o desempenho das funções do órgão, uma vez que a Portaria ME nº 179, de 22/04/2019, impede os atuais gestores de realizarem novas contratações neste ano em todo o serviço público federal. Contudo, consideramos lastimável essa decisão que acaba obrigando a população a se locomover em longas distâncias e dificulta o acesso aos serviços prestados pelo órgão, ainda mais por se tratar, especialmente, de pessoas em condições de vulnerabilidade ou em situação de desemprego. Informamos também que o Sindsef/SP protocolou requerimento no gabinete do Superintendente de SP com questionamentos acerca de todas as medidas que estão sendo tomadas, principalmente, quanto à possibilidade de mudança dos servidores do prédio da atual sede para as dependências do prédio da Fazenda. A preocupação se dá, sobretudo, quanto às condições físicas do local que está sendo destinado aos servidores.

6. Apesar da boa vontade do Sr. Antônio em receber os representantes das entidades do antigo GPCOT em reuniões mensais, especialmente no sentido de tentar nos manter informados sobre as decisões do governo, é preciso avançar. Queremos que a vontade de diálogo se transforme de fato em negociação. Os servidores precisam ser ouvidos e precisam que suas demandas sejam atendidas. Neste sentido, solicitamos o reconhecimento e legalização desse instrumento de negociação por parte do governo. É importante que se pense na criação do GPCOT no âmbito da Secretaria do Trabalho neste primeiro momento, sem, contudo, inviabilizar a proposta de se criar uma mesa de negociação mais ampla, que envolva todas as áreas do Ministério da Economia. As entidades ficaram de protocolar requerimento do pedido de formalização do Grupo na próxima reunião.

7. A próxima reunião ficou agendada para o dia 23 de julho, sendo certo que os representantes do GPCOT, pela bancada dos trabalhadores, devem se reunir um dia antes com o objetivo de preparar a pauta e elaborar os requerimentos que serão protocolados no dia seguinte.

CONDSEF/FENADSEF

FENASPS

Contatos:

- **CONDSEF:** SBS, Qd. 01, Bl. “K”, Ed. Seguradoras, 3º Andar, Asa Sul, CEP: 70093-900, Brasília-DF, Tel. (61) 2103-7200 – E-mail: condsef@condsef.org.br
- **FENASPS:** SDS, Edifício Venâncio V, Loja 28, Térreo, Asa Sul, CEP: 70393.904, Brasília-DF, Telefones: (61) 3226-7214/7215 – E-mail: fenasps@fenasps.org.br